

COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS DE POLICIAIS CIVIS EM INVESTIGAÇÕES: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA

PROFESSIONAL COMPETENCIES OF CIVIL POLICE OFFICERS IN
INVESTIGATIONS: A SYSTEMATIC LITERATURE REVIEW

Ciências Sociais Aplicadas • 15/08/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/786825503](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/786825503)

Diego Barbosa dos Santos¹

Diogo Barros Cavalcante²

Maurílio Coelho Lima³

RESUMO

Esta revisão sistemática da literatura analisa o estado da arte sobre as competências profissionais necessárias à atuação de policiais civis, investigadores criminais e agentes equivalentes de polícia judiciária em atividades investigativas. O estudo foi orientado pelas diretrizes do PRISMA 2020 e realizou buscas nas bases Scopus, BDTD/IBICT e Google Acadêmico, considerando publicações em português, inglês, espanhol e francês, entre janeiro de 2010 e maio de 2026. A partir de 623 registros iniciais, 235 foram excluídos na pré-triagem por ausência manifesta de aderência temática, 388 foram submetidos à triagem por título, resumo e palavras-chave, 80 textos completos foram avaliados e 20 estudos foram incluídos na síntese qualitativa final. A extração e a análise dos dados foram conduzidas por fichamento, checklist de elegibilidade e síntese temática. Os resultados indicam que as competências investigativas se organizam em seis dimensões interdependentes: técnicas, analíticas, tecnológicas, comunicacionais e interpessoais, comportamentais e gerenciais. A literatura evidencia que a qualidade da investigação depende da integração entre domínio procedimental, raciocínio crítico, uso de tecnologias, entrevista investigativa, ética, resiliência, liderança e coordenação interagência. Os estudos também mostram lacunas recorrentes na formação continuada, na atualização tecnológica, na avaliação de desempenho e na adaptação de modelos internacionais ao contexto brasileiro. Conclui-se que a abordagem por competências pode contribuir para a gestão de pessoas e para o aperfeiçoamento da formação policial, desde que articulada a currículos aplicados, simulações, avaliação por desempenho e políticas permanentes de desenvolvimento profissional.

Palavras-chave: Polícia Civil; Investigação Criminal; Competências Profissionais; Formação Policial; Revisão Sistemática.

ABSTRACT

This systematic literature review analyzes the state of the art on the professional competencies required for the work of civil police officers, criminal investigators, and equivalent judicial police agents in investigative activities. The study was guided by the PRISMA 2020 guidelines and conducted searches in the Scopus, BDTD/IBICT, and Google Scholar databases, considering publications in Portuguese, English, Spanish, and French, from January 2010 to May 2026. From an initial set of 623 records, 235 were excluded during preliminary screening due to a clear lack of thematic relevance, 388 records were screened by title, abstract, and keywords, 80 full-text documents were assessed, and 20 studies were included in the final qualitative synthesis. Data extraction and analysis were conducted through article review forms, an eligibility checklist, and thematic synthesis. The results indicate that investigative competencies are organized into six interdependent dimensions: technical, analytical, technological, communicational and interpersonal, behavioral, and managerial competencies. The literature shows that the quality of investigations depends on the integration of procedural knowledge, critical reasoning, the use of technologies, investigative interviewing, ethics, resilience, leadership, and interagency coordination. The studies also reveal recurring gaps in continuing professional training, technological updating, performance evaluation, and the adaptation of international models to the Brazilian context. It is concluded that the competency-based approach can contribute to people management and to the improvement of police training, provided that it is linked to applied curricula, simulations, performance-based assessment, and permanent professional development policies.

Keywords: Civil Police; Criminal Investigation; Professional Competencies; Police Training; Systematic Review.

1. INTRODUÇÃO

1.1. Contextualização e Justificativa

A investigação criminal constitui atividade essencial para a manutenção do Estado Democrático de Direito, para a garantia da segurança pública e para a efetivação da justiça criminal. No contexto brasileiro, as polícias civis, como órgãos de polícia judiciária, exercem papel central na apuração de infrações penais, na coleta de elementos informativos e probatórios e na construção de inquéritos policiais capazes de subsidiar a atuação do sistema de justiça. Essa função tornou-se ainda mais complexa diante da sofisticação tecnológica, da atuação de organizações criminosas, da circulação transnacional de práticas ilícitas e da diversificação das modalidades delitivas.

Nesse cenário, as competências profissionais dos policiais civis assumem importância estratégica para a qualidade da atividade investigativa. A noção de competência, frequentemente associada ao modelo CHA (conhecimentos, habilidades e atitudes) permite compreender o desempenho profissional como resultado da articulação entre saberes teóricos, capacidades práticas e disposições comportamentais mobilizadas em situações concretas de trabalho. No campo investigativo, essas competências incluem domínio de procedimentos legais e forenses, formulação de hipóteses, uso de sistemas e ferramentas digitais, condução de entrevistas, produção de relatórios, gestão do estresse, postura ética e coordenação de equipes.

A formação e o desenvolvimento profissional não podem, portanto, ser compreendidos apenas como etapa inicial de ingresso na

carreira. Trata-se de processos contínuos, diretamente relacionados à capacidade institucional de responder às transformações sociais, tecnológicas e criminais. A profissionalização da investigação exige currículos atualizados, metodologias aplicadas, treinamento prático, desenvolvimento de habilidades cognitivas e relacionais, além de mecanismos permanentes de avaliação e aperfeiçoamento.

A literatura internacional sobre competências de investigadores criminais tem se ampliado nas últimas décadas, contemplando contextos como Austrália, Canadá, Filipinas, Peru, Indonésia, Cabo Verde e Brasil. Esses estudos discutem competências críticas para a atuação investigativa, programas de formação, fatores organizacionais que favorecem ou limitam o desempenho profissional e modelos de recrutamento, certificação e profissionalização. Apesar disso, a produção permanece dispersa, com desenhos metodológicos variados e diferentes formas de conceituar competência.

Revisões anteriores concentraram-se em recortes específicos. Akca et al. (2021), por exemplo, avaliaram cursos de entrevista investigativa, sem integrar em uma mesma síntese as competências técnicas, analíticas, tecnológicas, comunicacionais, comportamentais e gerenciais mobilizadas na investigação criminal. Essa delimitação reforça a contribuição incremental da presente revisão.

1.2. Lacuna de Pesquisa

Embora a relevância das competências profissionais para a investigação criminal seja reconhecida, a produção acadêmica sobre o tema ainda aparece fragmentada. No Brasil, muitos estudos

tratam da formação policial, da atividade investigativa ou da gestão por competências de maneira separada, sem reunir essas dimensões em uma análise integrada. Essa dispersão dificulta compreender quais competências são mais frequentemente associadas ao desempenho investigativo e como elas têm sido desenvolvidas nos processos de formação, capacitação e avaliação profissional.

Outro ponto relevante é que a literatura internacional, embora ofereça contribuições significativas, nem sempre é incorporada às discussões brasileiras. Modelos de certificação, avaliação por cenários, recrutamento baseado em competências, entrevista investigativa e treinamento por simulação podem oferecer referências úteis, mas precisam ser analisados com cautela, considerando as diferenças institucionais, jurídicas e culturais entre os países.

A opção por uma revisão sistemática da literatura justifica-se pela necessidade de organizar esse campo de discussão, mapear o estado da arte, reconhecer padrões e identificar lacunas. No caso das competências profissionais de policiais civis e investigadores criminais, uma síntese sistemática pode contribuir para a gestão de pessoas, para a formulação de currículos e para o aprimoramento institucional das polícias judiciárias.

1.3. Pergunta Norteadora e Objetivo Geral

Diante desse cenário, esta revisão sistemática da literatura foi orientada pela seguinte pergunta norteadora:

Quais competências profissionais são necessárias à atuação de policiais civis, investigadores criminais e profissionais equivalentes

de polícia judiciária em atividades investigativas, conforme identificadas pela literatura científica publicada entre 2010 e 2026, e de que maneira a formação e o desenvolvimento dessas competências têm sido abordados pela produção acadêmica?

O objetivo geral desta revisão sistemática é identificar, analisar e sintetizar as competências profissionais requeridas para a atuação investigativa de agentes de polícia judiciária, com base em evidências nacionais e internacionais publicadas entre 2010 e 2026, discutindo implicações para a gestão de pessoas e a formação policial no Brasil. Especificamente, busca-se: mapear competências técnicas, analíticas, tecnológicas, comunicacionais, comportamentais e gerenciais; sintetizar abordagens de formação e desenvolvimento profissional; identificar facilitadores e barreiras organizacionais; discutir contribuições internacionais para a gestão e os currículos das academias de polícia civil; e apontar lacunas e agendas de pesquisa.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Competências Profissionais: O Modelo CHA

O conceito de competência profissional passou a ocupar posição central nos estudos de gestão de pessoas, especialmente a partir das discussões sobre desempenho, aprendizagem organizacional e alinhamento entre capacidades individuais e objetivos institucionais. Ainda que não exista uma definição única e definitiva, a literatura tende a compreender competência como a capacidade de mobilizar conhecimentos, habilidades, atitudes e experiências em situações concretas de trabalho, produzindo resultados reconhecidos pela

organização e socialmente relevantes (Fleury; Fleury, 2001; Zarifian, 2001; Le Boterf, 2003).

No Brasil, o modelo CHA (conhecimentos, habilidades e atitudes) tornou-se uma das formas mais difundidas de operacionalizar o conceito de competência. O conhecimento corresponde ao saber teórico e técnico; a habilidade refere-se ao saber-fazer; e a atitude relaciona-se ao modo como o indivíduo se posiciona diante das exigências do trabalho. No âmbito investigativo, tais dimensões envolvem legislação, técnicas forenses, raciocínio analítico, entrevista, redação técnica, ética, resiliência e cooperação institucional (Brandão; Guimarães, 2001; Pires et al., 2005).

A competência, contudo, não deve ser interpretada como simples soma de atributos individuais. Ela se manifesta quando conhecimentos, habilidades e atitudes são integrados na prática profissional. Um policial civil pode conhecer a legislação e os procedimentos, mas sua competência investigativa dependerá da capacidade de aplicar esse conhecimento com técnica, prudência, ética e senso crítico diante de casos concretos.

2.2. Gestão de Pessoas e Gestão por Competências em Organizações Policiais

A gestão de pessoas em organizações policiais deve considerar a natureza hierarquizada das corporações, a discricionariedade profissional e os efeitos da atuação policial sobre direitos, liberdades e confiança pública. Na polícia judiciária, seleção, formação, supervisão e avaliação influenciam a qualidade da investigação, a preservação da prova e a legitimidade institucional. Por isso, a gestão por competências aproxima desenvolvimento profissional,

desempenho e objetivos públicos, tratando-os como dimensões complementares da gestão organizacional (Bittner, 2003; Bayley, 2006; Skolnick, 2011; Brandão; Guimarães, 2001; Pires et al., 2005).

Nas polícias civis, essa abordagem exige identificar conhecimentos, habilidades e atitudes necessários à investigação, mapear lacunas, orientar currículos e planejar capacitações e avaliações aderentes ao trabalho real. A literatura registra distância frequente entre conteúdos ensinados e demandas concretas. No Brasil, a Matriz Curricular Nacional organiza eixos, áreas temáticas e competências, mas sua efetividade depende da adaptação de currículos, metodologias e avaliações às carreiras e unidades policiais (Pires et al., 2005; Brasil, 2014; Kleygrewe et al., 2022).

A implementação enfrenta barreiras culturais e estruturais, como valorização excessiva da experiência informal, rigidez hierárquica, restrições orçamentárias, sobrecarga e desigualdade de recursos. Ainda assim, pode alinhar formação e necessidades institucionais em uma perspectiva contínua de aprendizagem e aperfeiçoamento, articulando conhecimento técnico, raciocínio investigativo, tecnologia, comunicação, ética e cooperação (Manning, 2010; Brasil, 2014; Westera et al., 2016; Kleygrewe et al., 2022).

2.3. Competências Investigativas Contemporâneas

A investigação criminal é atividade especializada que exige articulação entre normas jurídicas, técnicas de apuração, análise de informações e interação com diferentes pessoas e instituições. Ao contrário de tarefas rotineiras, a investigação lida com incerteza, versões contraditórias, evidências incompletas e necessidade constante de revisão de hipóteses. Por isso, o trabalho do

investigador demanda conjunto integrado de competências que ultrapassa o domínio formal de procedimentos legais (Tong; Bryant; Horvath, 2009; Westera et al., 2016).

As competências técnicas dizem respeito à preservação de local de crime, coleta de evidências, cadeia de custódia, formalização de atos investigativos e interação com a perícia. As competências analíticas envolvem formulação e teste de hipóteses, tomada de decisão sob incerteza, reconhecimento de padrões, avaliação de relatos e controle de vieses. Já as competências tecnológicas tornaram-se indispensáveis diante da digitalização da vida social e da presença crescente de vestígios digitais, sistemas de informação e análise de dados.

As competências comunicacionais e interpessoais aparecem com destaque na literatura sobre detetives eficazes e entrevista investigativa. Investigar é também interagir com vítimas, testemunhas, suspeitos, informantes, peritos, promotores e magistrados. A qualidade dessas interações condiciona a confiabilidade das informações obtidas e a legitimidade do procedimento. Além disso, competências comportamentais como integridade, resiliência, responsabilidade e respeito aos direitos humanos atuam como eixo transversal da atividade investigativa. A partir desse enquadramento teórico, a análise dos estudos selecionados foi orientada pela identificação de seis dimensões de competências investigativas: técnicas, analíticas, tecnológicas, comunicacionais e interpessoais, comportamentais e gerenciais, sem desconsiderar que tais dimensões se articulam na prática profissional e dependem das condições organizacionais em que o trabalho é realizado.

3. METODOLOGIA

3.1. Protocolo Adotado, Bases e Estratégia de Busca

Esta Revisão Sistemática da Literatura foi organizada e relatada conforme a diretriz PRISMA 2020 (Page et al., 2021), composta por checklist de 27 itens e fluxograma destinado a assegurar transparência na identificação, triagem, elegibilidade e inclusão dos estudos. O checklist utilizado na auditoria do relato é apresentado no Apêndice A. O planejamento específico da revisão definiu previamente as fontes consultadas, os descritores, os critérios de inclusão e exclusão, o recorte temporal, os procedimentos de seleção e a composição do portfólio final.

As buscas foram realizadas e finalizadas entre 20 e 26 de junho de 2026 nas fontes Scopus, BDTD/IBICT e Google Acadêmico, tendo 26 de junho de 2026 como data de encerramento da busca. A escolha dessas fontes considerou a necessidade de combinar publicações internacionais indexadas, produção brasileira de pós-graduação e literatura acadêmica de maior alcance. O recorte temporal compreendeu janeiro de 2010 a maio de 2026, período escolhido por abranger a expansão das tecnologias digitais, da formação por competências e dos debates sobre profissionalização, direitos humanos e desempenho policial.

As estratégias de busca foram organizadas em três eixos: população de interesse, fenômeno investigado e contexto de atuação. O primeiro reuniu termos referentes a policiais civis, investigadores criminais, detetives e profissionais equivalentes; o segundo incluiu competências, habilidades, conhecimentos, formação, treinamento e desenvolvimento profissional; e o terceiro contemplou

investigação criminal, inquérito policial, investigação forense e cena de crime. As combinações finais foram adaptadas às particularidades de cada interface e estão reproduzidas no Quadro 1.

Quadro 1. Estratégias de busca e registros recuperados

Base	Campo de busca	String utilizada	Filtros	Registros
Scopus	Título, resumo e palavras-chave	("criminal investigator" OR "police investigator" OR detective OR "civil police") AND (competencies OR skills OR training OR "professional development") AND ("criminal investigation" OR forensic OR "crime scene")	jan. 2010–maio 2026	78
Scopus	Título, resumo e palavras-chave	("policial civil" OR "investigador") AND (competências OR habilidades OR formação OR treinamento)	jan. 2010–maio 2026	14
BDTD/IBIC T	Todos os campos	(competências OR habilidades OR formação OR treinamento) AND "policial civil"	jan. 2010–maio 2026	399
Google Acadêmico	Busca geral	("criminal investigator" OR	jan. 2010–maio 2026	132

		"police investigator" OR detective OR "civil police") AND (competencies OR skills OR training OR "professional development") AND ("criminal investigation" OR forensic OR "crime scene")		
Total				623

Fonte: elaborado pelos autores.

3.2. Critérios de Inclusão e Exclusão

Foram elegíveis os estudos que apresentassem vínculo direto com profissionais envolvidos em investigação criminal, como policiais civis, investigadores criminais, detetives, profissionais de polícia judiciária, peritos ou equivalentes, e que abordassem competências investigativas ou processos de formação, desenvolvimento, certificação ou avaliação dessas competências. Foram considerados documentos publicados entre janeiro de 2010 e maio de 2026, em português, inglês, espanhol ou francês, nos contextos nacionais e internacionais abrangidos pelas fontes consultadas.

Foram admitidos estudos empíricos qualitativos, quantitativos ou mistos, revisões de literatura, estudos de caso, análises curriculares, teses, dissertações e estudos aplicados com descrição metodológica mínima. Excluíram-se trabalhos voltados exclusivamente a funções policiais não investigativas; estudos de formação geral sem relação demonstrada com competências investigativas; análises de

desempenho institucional sem vínculo com competências profissionais; editoriais e materiais sem método explicitado; e textos em que competência aparecia apenas no sentido jurídico-processual, como competência territorial ou do juízo.

3.3. Triagem, Elegibilidade e Composição do Corpus

O processo de seleção foi desenvolvido em etapas sucessivas, com o propósito de assegurar a aplicação uniforme dos critérios de elegibilidade e a rastreabilidade das decisões de inclusão e exclusão. Inicialmente, foram recuperados 623 registros nas fontes consultadas. Após a consolidação dos resultados em planilha eletrônica, realizou-se uma pré-triagem com base nos títulos e nos metadados disponíveis, destinada à identificação de registros manifestamente incompatíveis com o objeto da revisão.

Nessa etapa, foram excluídos 235 registros por ausência evidente de aderência temática. Foram retirados trabalhos nos quais os descritores apareciam apenas de forma incidental, aqueles que empregavam o termo “competência” exclusivamente em sentido jurídico-processual, estudos direcionados a funções policiais não investigativas e publicações sobre formação geral que não apresentavam relação demonstrada com competências profissionais aplicadas à investigação criminal. Essas exclusões não foram classificadas como remoção de duplicatas. Ao final da pré-triagem, permaneceram 388 registros para avaliação detalhada de títulos, resumos e palavras-chave.

Para padronizar a triagem, utilizou-se checklist de elegibilidade composto pelos seis critérios previamente definidos. Cada item foi verificado de forma dicotômica, mediante resposta “sim” ou “não”,

sem atribuição de pontuação ou gradação de aderência. A decisão de inclusão ou exclusão considerou o atendimento aos critérios de elegibilidade descritos na Seção 3.2 e a análise qualitativa do conteúdo disponível no título, no resumo e nas palavras-chave.

Quadro 2. Checklist de elegibilidade para triagem dos estudos

Critério de seleção	Atendimento
Aborda competências profissionais	sim/não
Apresenta foco em policiamento investigativo	sim/não
Trata de formação, treinamento ou desenvolvimento profissional	sim/não
Emprega o termo “competência” em sentido profissional, e não exclusivamente jurídico-processual	sim/não
Apresenta descrição metodológica mínima	sim/não
Encontra-se dentro do recorte temporal e possui aderência ao objeto da revisão	sim/não

Fonte: elaborado pelos autores.

A aplicação do checklist aos 388 registros resultou na exclusão de 308 trabalhos que não atendiam aos critérios estabelecidos. Permaneceram 80 documentos para recuperação e leitura integral. Todos os textos selecionados foram obtidos e examinados em profundidade, considerando-se o objeto, a população estudada, o enfoque dado às competências investigativas, a formação ou o desenvolvimento profissional e a clareza do percurso metodológico.

Na etapa de elegibilidade, 60 documentos foram excluídos após a leitura integral. Os motivos foram registrados individualmente na planilha de controle e agrupados nas seguintes categorias: ausência de abordagem de competências profissionais; foco em atividades policiais não investigativas; inexistência de relação com formação, treinamento ou desenvolvimento profissional; utilização do termo “competência” em sentido exclusivamente jurídico-processual; ausência de descrição metodológica mínima; ou incompatibilidade com o recorte temporal e com o objeto da revisão.

Quadro 3. Motivos de exclusão após leitura integral

Motivo da exclusão após leitura integral	Quantidade
Não abordava competências profissionais	18
Foco em policiamento não investigativo	11
Não tratava de formação, treinamento ou desenvolvimento profissional	9
Uso de “competência” em sentido jurídico-processual	7
Texto sem descrição metodológica mínima	6
Fora do recorte temporal ou sem aderência ao objeto	9
Total	60

Fonte: elaborado pelos autores.

Ao final do processo, 20 estudos atenderam aos critérios de elegibilidade e compuseram o corpus da síntese qualitativa. A seleção inicial foi conduzida por um dos pesquisadores e posteriormente revisada pelos demais autores. Eventuais

divergências foram discutidas até a obtenção de consenso, preservando-se na planilha de controle o registro da decisão final e, quando aplicável, a justificativa para exclusão.

3.4. Extração, Organização e Análise dos Dados

Após a definição do corpus final, os 20 estudos foram fichados em planilha própria. Para cada documento, registraram-se autoria, ano, título, país ou contexto, tipo de publicação, desenho metodológico, objetivo, principais resultados, competências mencionadas, recomendações e lacunas apontadas. A planilha também foi utilizada para construir as estatísticas descritivas da análise bibliométrica.

A análise temática adotou procedimento híbrido, combinando codificação aberta dos achados com eixos sensibilizadores derivados do referencial teórico. Inicialmente, as competências mencionadas foram registradas e vinculadas aos respectivos estudos. Em seguida, os códigos foram comparados por similaridade conceitual e consolidados em seis categorias: técnicas, analíticas, tecnológicas, comunicacionais e interpessoais, comportamentais e gerenciais. A organização foi realizada em planilha eletrônica, preservando a rastreabilidade entre código, categoria e documento de origem.

3.5. Avaliação da Qualidade Metodológica e Risco de Viés

Considerando a heterogeneidade do corpus, composto por estudos empíricos, revisões, dissertações, teses, análises curriculares e estudos aplicados, não se adotou um único instrumento padronizado de risco de viés. A qualidade metodológica foi apreciada nos domínios de clareza do objetivo, explicitação e adequação do método, coerência entre resultados e conclusões e

contribuição para a pergunta norteadora. Esses julgamentos orientaram a interpretação cautelosa dos achados.

A apreciação da qualidade metodológica não produziu escore comparativo nem foi utilizada isoladamente para excluir documentos. Trabalhos sem descrição metodológica mínima ou sem relação direta com o objeto foram excluídos na leitura integral. A ausência de instrumentos específicos por delineamento é reconhecida como limitação do processo, razão pela qual as conclusões não são apresentadas como relações causais ou estimativas de efeito.

3.6. Registro do Protocolo e Documentação da Revisão

O protocolo desta revisão não foi registrado em plataforma pública específica. Ainda assim, as etapas metodológicas foram previamente definidas e documentadas em planilha própria, contemplando as bases consultadas, os descritores utilizados, os filtros aplicados, o número de registros recuperados, o controle de possíveis duplicidades, os resultados da pré-triagem, o status de inclusão ou exclusão e as justificativas de exclusão após a leitura integral.

Não houve alteração da pergunta norteadora ao longo da revisão. Os ajustes realizados limitaram-se à adaptação das estratégias de busca às especificidades de cada base consultada e à inclusão de termos equivalentes em português, inglês, espanhol e francês. Não houve financiamento externo para a realização desta revisão, e os autores declaram não haver conflito de interesses relacionado ao desenvolvimento do estudo. Os formulários de extração, o checklist de elegibilidade e os dados utilizados nas análises descritivas podem ser disponibilizados pelo autor correspondente mediante solicitação.

4. PRINCIPAIS RESULTADOS E DISCUSSÃO

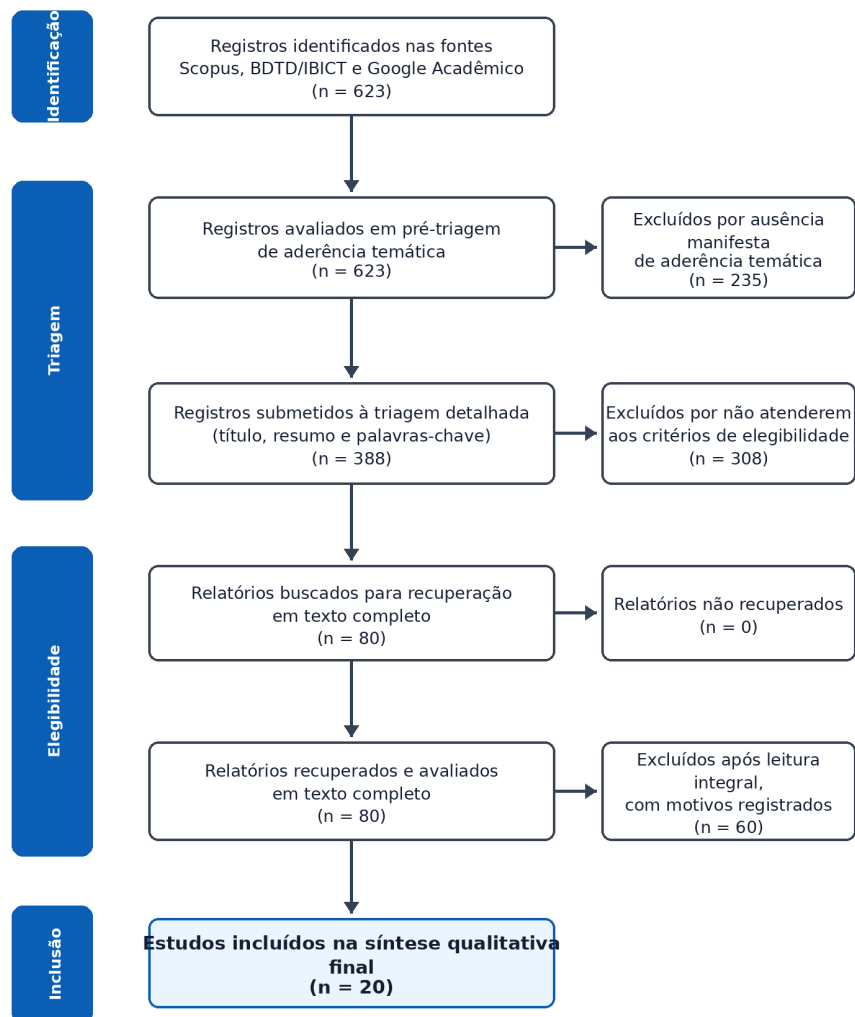
4.1. Seleção dos Estudos e Portfólio Final

O processo de seleção, relatado conforme o PRISMA 2020, resultou em 20 documentos incluídos na síntese qualitativa final. Dos 623 registros identificados, 235 foram excluídos na pré-triagem por ausência manifesta de aderência temática. Os 388 registros restantes passaram por triagem detalhada, na qual 308 foram excluídos. Os 80 relatórios selecionados foram integralmente recuperados e avaliados; 60 foram excluídos após a leitura completa, com os motivos discriminados no Quadro 3. A Figura 1 apresenta esse percurso.

Figura 1. *Fluxograma PRISMA 2020 do processo de seleção dos estudos.*

Fluxograma PRISMA 2020

Processo de seleção dos estudos da revisão sistemática



Os motivos das 60 exclusões após leitura integral são discriminados no Quadro 3.

Fonte: elaborado pelos autores com base em Page et al. (2021).

4.2. Caracterização Descritiva do Portfólio

A caracterização descritiva foi realizada a partir dos metadados dos 20 documentos incluídos, contemplando evolução temporal, países e contextos, tipos de produção, autores, periódicos e instituições. Em razão do reduzido tamanho do portfólio e da ausência de metadados bibliográficos completos em parte das dissertações e teses, não foram aplicadas técnicas relacionais, como cocitação, coautoria, acoplamento bibliográfico ou análise de redes de palavras-chave. A seção, portanto, limita-se à descrição do corpus e não pretende constituir uma análise bibliométrica avançada.

No corpus selecionado, 16 dos 20 documentos foram publicados entre 2020 e maio de 2026. O resultado evidencia concentração recente dentro do portfólio, sem permitir, isoladamente, concluir pela expansão de todo o campo. A presença de estudos de 2024, 2025 e do período parcial de 2026 demonstra, contudo, atualidade das discussões sobre formação, profissionalização e tecnologias aplicadas à investigação criminal.

Tabela 1. Evolução temporal dos estudos incluídos

Ano	Número de estudos
2012	1
2016	1
2019	2
2020	3
2022	2
2023	2
2024	4
2025	3
2026	2
Total	20

Fonte: elaborado pelos autores com base nos estudos que compõem o corpus da revisão.

Tabela 2. Distribuição geográfica do portfólio final

País/contexto	Número de estudos
Brasil	10
Austrália/Austrália-Nova Zelândia	4
Filipinas	2
Indonésia	1
Canadá/Quebec	1
Peru	1
Cabo Verde	1
Total	20

Fonte: elaborado pelos autores com base nos estudos que compõem o corpus da revisão.

Quanto aos tipos de documento, o portfólio reúne artigos científicos, dissertações e teses. A presença de dissertações brasileiras é relevante porque parte importante da produção nacional sobre formação policial e gestão pública ainda circula em programas de pós-graduação, nem sempre em periódicos indexados. Por outro lado, os artigos internacionais permitem incorporar discussões sobre avaliação por competências, recrutamento, certificação e profissionalização da investigação.

Tabela 3. Tipos de estudo incluídos

Tipo de produção	Número de estudos
Artigos científicos, revisão narrativa e artigo de perspectiva	10

Dissertações	8
Teses	2
Total	20

Fonte: elaborado pelos autores com base nos estudos que compõem o corpus da revisão.

A autoria e as fontes mostraram elevada dispersão. Sally F. Kelty foi a única autora presente em dois documentos do portfólio, enquanto os demais autores apareceram uma vez. Os dez artigos foram publicados em dez periódicos diferentes, sem concentração editorial. Entre as instituições brasileiras, a Universidade de Brasília apareceu em dois estudos; UFRGS, UFPE, UFC, UFSC, UTFPR e UFMG contribuíram com um estudo cada. Os contextos internacionais abrangeram Austrália/Nova Zelândia, Filipinas, Indonésia, Canadá/Quebec, Peru e Cabo Verde.

Tabela 4. Síntese de autores, periódicos e instituições do portfólio final

Dimensão	Principais ocorrências	Interpretação
Autores	Sally F. Kelty: 2 documentos; demais autores: 1 ocorrência	Baixa concentração autoral
Periódicos	10 artigos distribuídos por 10 periódicos	Ausência de periódico dominante
Instituições brasileiras	UnB: 2; UFRGS, UFPE, UFC, UFSC, UTFPR e UFMG: 1 cada	Dispersão institucional

Contextos internacionais	Austrália/Nova Zelândia, Filipinas, Indonésia, Canadá/Quebec, Peru e Cabo Verde	Diversidade de sistemas investigativos
--------------------------	---	--

Fonte: elaborado pelos autores com base nos estudos que compõem o corpus da revisão.

A distribuição confirma que o tema ainda não se concentra em núcleo autoral, periódico ou instituição dominante. O portfólio combina contribuições dispersas entre segurança pública, criminologia, ciência forense, educação, psicologia e gestão pública.

4.3. Quadro-Síntese dos Estudos Analisados

Quadro 4. Síntese do portfólio final

Estudo	Tipo/contexto	Objetivo central	Principais resultados
Sanguenza (2025)	Filipinas; Métodos mistos	Examinar papéis de investigadores em pessoas desaparecidas, identificação de restos humanos e documentação criminal.	Diretrizes operacionais, recursos forenses e coordenação interagência influenciam a efetividade investigativa.
Merawati, Anggoro e Setiono (2025)	Indonésia; Jurídico-normativo/documental	Analisar a certificação de investigadores como instrumento de qualidade na investigação criminal especial.	A certificação fortalece conformidade legal, profissionalismo e completude dos procedimentos, mas requer avaliadores, distribuição equilibrada e supervisão.

Naveda Bautista (2026)	Peru; Qualitativo fenomenológico	Analisar a percepção de docentes sobre formação e profissionalização do investigador criminal na PNP.	A formação tem base técnica, mas precisa de integração prática, atualização metodológica e formação ética contínua.
Kelty e Gordon (2012)	Austrália; Estudo empírico aplicado	Apresentar perfil psicométrico de examinadores de cena de crime de alto desempenho para seleção.	O recrutamento deve considerar habilidades cognitivas, resiliência, comunicação, liderança, conhecimento e experiência.
Mousseau (2019)	Canadá/Quebec; Qualitativo	Identificar competências esperadas de técnicos em cena de crime por dirigentes policiais.	A avaliação tende a privilegiar conformidade procedimental, mas a cena de crime exige reconhecimento científico e julgamento profissional.
Larini (2020)	Brasil/RS; Análise curricular	Analisar currículos da Academia da Polícia Civil do RS em relação à formação de polícia judiciária.	O currículo de 2014 aproximou-se da Matriz SENASP e incorporou temas contemporâneos, com mudanças no perfil dos alunos.
Kelty, Joshua e Robertson (2024)	Austrália; Artigo de perspectiva	Propor estratégias de recrutamento para selecionar candidatos a examinadores de cena de crime de alto desempenho.	Sete grupos de habilidades críticas orientam seleção: cognição, comunicação, resiliência, experiência,

			conhecimento, postura e orientação ao trabalho.
Westera et al. (2016)	Austrália/Nov a Zelândia; Qualitativo	Identificar características de detetives eficazes segundo detetives experientes.	Comunicação foi a competência mais relevante; motivação, minuciosidade, decisão, conhecimento, liderança e resiliência também foram centrais.
Carlos (2026)	Filipinas/Guarda Costeira; Métodos mistos	Avaliar competências do CGIDMS e propor currículo especializado.	Competência média moderada; lacunas em inteligência, forense, DNA, documentação e coordenação interagência.
Dux (2022)	Austrália/serviço público; Métodos mistos	Compreender competências, treinamento e profissionalização de investigadores no serviço público federal.	Competências são diversas, mas treinamento institucional muitas vezes é fragmentado e pouco orientado ao futuro da profissão.
Blanchet (2023)	Brasil/Paraná ; Dissertação profissional	Propor padronização da formação inicial da Polícia Civil do Paraná.	A falta de uniformidade formativa recomenda materiais de referência e procedimentos operacionais padronizados.
Alvim (2025)	Brasil/PCDF; Dissertação	Analisar capacitação de policiais civis para atuação com	Há lacunas de capacitação inicial e continuada; recomenda-se revisão curricular e

		adolescentes em conflito com a lei.	treinamento específico.
Amaral (2019)	Brasil/PCDF; Dissertação	Investigar a Aprendizagem Baseada em Problemas na formação policial da PCDF.	A ABP estimula autonomia intelectual e mobilização de saberes aplicados a problemas profissionais.
Silva (2020)	Brasil/Pernambuco; Dissertação	Analisar formação policial e direitos humanos nos cursos da Polícia Civil de Pernambuco.	A formação técnica precisa ser atravessada por ética da alteridade, diálogo e direitos humanos.
Torres (2024)	Brasil/Ceará; Dissertação	Avaliar a política pública de formação policial da AESP/CE.	Indica necessidade de reformas educacionais, integração civil-militar, direitos humanos e cultura de paz.
Eugênio (2020)	Brasil/Santa Catarina; Dissertação	Investigar tecnologias educacionais na formação continuada do policial civil.	EaD e metodologias ativas podem reduzir barreiras de tempo e deslocamento na capacitação continuada.
Lino et al. (2023)	Brasil; Artigo científico	Revisar o <i>rapport</i> como técnica para obtenção de informações em entrevistas investigativas.	<i>Rapport</i> aumenta qualidade e quantidade das informações, exigindo treinamento e protocolo baseado em evidências.
Sousa (2024)	Brasil; Tese	Investigar confiança,	Pistas externas influenciam o

		desempenho e conformidade de memória no sistema jurídico-criminal.	reconhecimento mesmo com alta confiança; há implicações para prova testemunhal.
Britto e Caldas Jr. (2024)	Brasil; Revisão narrativa	Discutir cognição na cena de crime e reconhecimento de vestígios.	Reconhecer vestígios envolve percepção, atenção, hipóteses e vieses, não mero cumprimento mecânico de protocolo.
Barbosa (2022)	Cabo Verde; Dissertação	Avaliar formação em investigação criminal na Polícia Nacional de Cabo Verde.	A formação é insuficiente, precária e dependente de cooperação externa; há necessidade de reestruturação.

Fonte: elaborado pelos autores.

4.4. Análise Temática das Competências Investigativas

4.4.1. Competências Técnicas

No corpus analisado, as competências técnicas constituíram a dimensão mais visível da atividade investigativa. Elas foram associadas ao domínio de procedimentos legais, protocolos de investigação, coleta e preservação de evidências, documentação criminal, processamento de cena de crime, cadeia de custódia e conhecimento jurídico-procedimental. Estudos como Sanguenza (2025), Mousseau (2019), Kelty e Gordon (2012), Carlos (2026), Larini (2020) e Britto e Caldas Jr. (2024) relacionaram a qualidade dos primeiros atos de apuração à qualificação técnica.

Nos estudos voltados ao local de crime, a competência técnica aparece associada à capacidade de reconhecer vestígios relevantes, preservar sua integridade e compreender o papel desses elementos na construção da prova. Britto e Caldas Jr. (2024) mostram que reconhecer vestígios não é ato mecânico; envolve percepção, experiência, atenção seletiva, hipóteses e tomada de decisão. Esse achado desloca a discussão da técnica como simples cumprimento de protocolo para a técnica como prática situada, dependente do raciocínio profissional.

A padronização de procedimentos também surge como fator relevante para reduzir improvisações e aumentar a qualidade da atuação. Blanchet (2023) defende materiais de referência e procedimentos operacionais padrão na formação da Polícia Civil do Paraná, enquanto Merawati, Anggoro e Setiono (2025) associam certificação de investigadores à melhoria da completude, precisão e conformidade legal das investigações.

4.4.2. Competências Analíticas

As competências analíticas referem-se à capacidade de interpretar informações, formular hipóteses, identificar padrões, avaliar contradições, decidir sob incerteza e construir linha investigativa coerente. Westera et al. (2016) identificaram que detetives eficazes apresentam comunicação, motivação, minuciosidade, tomada de decisão, conhecimento, liderança, tenacidade, experiência, resiliência e trabalho em equipe. Kelty, Joshua e Robertson (2024), por sua vez, associam profissionais de alto desempenho em cena de crime a habilidades cognitivas, resolução de problemas, pensamento crítico e raciocínio científico.

No contexto brasileiro, Amaral (2019) contribui ao analisar a Aprendizagem Baseada em Problemas na formação policial da PCDF, indicando que metodologias problematizadoras favorecem autonomia intelectual e mobilização de saberes diante de situações práticas. Sousa (2024) complementa essa dimensão ao demonstrar que reconhecimento e memória testemunhal podem ser influenciados por pistas externas, exigindo do investigador compreensão sobre limites da memória humana e riscos de contaminação.

4.4.3. Competências Tecnológicas

As competências tecnológicas ganharam centralidade na literatura recente. A digitalização das relações sociais faz com que investigações contemporâneas envolvam celulares, computadores, redes sociais, registros de localização, bancos de dados, imagens, metadados e vestígios digitais. Nesse cenário, a competência tecnológica deixa de ser especialidade periférica e passa a integrar o repertório básico do investigador.

Carlos (2026), ao avaliar competências da Guarda Costeira filipina, identificou lacunas em inteligência, procedimentos forenses, interpretação de DNA, documentação de evidências e articulação dos achados. Eugênio (2020), no Brasil, mostra que tecnologias educacionais e EaD podem ampliar o acesso à formação continuada de policiais civis, reduzindo barreiras de tempo, deslocamento e afastamento das unidades. A literatura sugere que a competência tecnológica deve combinar domínio instrumental, compreensão jurídica e capacidade analítica para interpretar dados digitais dentro de uma hipótese investigativa.

4.4.4. Competências Comunicacionais e Interpessoais

Nos estudos analisados, as competências comunicacionais e interpessoais apareceram com frequência na atividade investigativa. Investigar envolve interagir com vítimas, testemunhas, suspeitos, peritos, promotores, magistrados, colegas de equipe, outras polícias e instituições públicas ou privadas. Westera et al. (2016) identificaram a comunicação como a habilidade mais relevante no grupo de detetives eficazes investigado, especialmente pela necessidade de dialogar com públicos variados.

No campo da entrevista investigativa, Lino et al. (2023) destacam o *rapport* como técnica importante para obtenção de informações. A construção de uma relação mínima de confiança e cooperação não significa informalidade ou ausência de técnica; exige planejamento, escuta, controle da condução e respeito ao entrevistado. A comunicação escrita também é decisiva, pois relatórios, oitivas, representações e peças de encaminhamento precisam ser claros, objetivos e tecnicamente consistentes.

4.4.5. Competências Comportamentais e Éticas

No corpus, as competências comportamentais e éticas abrangeram integridade, profissionalismo, descrição, responsabilidade, resiliência, gestão do estresse, motivação, empatia e aprendizagem contínua. Os estudos associaram o contato com violência, sofrimento, pressão por resultados, frustrações e risco operacional à necessidade de equilíbrio emocional e postura profissional. Como a investigação envolve autoridade estatal e interferência em direitos fundamentais, a dimensão ética foi tratada como transversal à busca de resultados e à preservação da prova.

Silva (2020), ao discutir formação policial e direitos humanos na Polícia Civil de Pernambuco, reforça que a formação técnica não pode ser separada da formação ética. Naveda Bautista (2026) também aponta que a profissionalização do investigador criminal exige integração entre rigor acadêmico, experiência prática e formação ética contínua. Kelty e Gordon (2012) e Kelty, Joshua e Robertson (2024) acrescentam que resiliência, postura profissional, autocontrole e abertura à aprendizagem são atributos relevantes para profissionais de cena de crime.

4.4.6. Competências Gerenciais e Organizacionais

As competências gerenciais dizem respeito à capacidade de planejar, coordenar, supervisionar, distribuir tarefas, gerir recursos, avaliar riscos, acompanhar prazos e liderar equipes. Embora nem todo investigador ocupe função formal de chefia, investigações complexas exigem coordenação, especialmente quando envolvem múltiplas vítimas, grande volume de dados, diferentes unidades ou atuação conjunta com outros órgãos.

Dux (2022) mostra que a profissionalização da investigação depende de estruturas de treinamento, identidade profissional, clareza de papéis e desenvolvimento de competências ajustadas ao trabalho real. Sangueza (2025) e Carlos (2026) também indicam que diretrizes operacionais, coordenação interagencial, treinamento baseado em cenários e infraestrutura adequada influenciam a efetividade investigativa. Barbosa (2022), no contexto de Cabo Verde, reforça que formação precária e dependente de cooperação externa limita a profissionalização da investigação.

4.5. Formação e Desenvolvimento das Competências Investigativas

No corpus, a formação e o desenvolvimento das competências investigativas foram apresentados como processos contínuos, que articulam formação inicial, capacitação em serviço e atualização periódica. Larini (2020), Blanchet (2023), Alvim (2025) e Naveda Bautista (2026) convergem quanto à necessidade de maior aproximação entre currículos, problemas reais da função e mudanças técnicas, jurídicas e sociais. Esses estudos não sustentam um modelo formativo único, mas indicam recorrência da demanda por integração entre fundamentos teóricos, prática supervisionada e avaliação do desempenho.

Entre as estratégias descritas nos estudos estão aprendizagem baseada em problemas e outras metodologias ativas (Amaral, 2019), tecnologias educacionais e educação a distância para ampliar o acesso à formação continuada (Eugênio, 2020), treinamento e avaliação por cenários (Carlos, 2026), materiais de referência e procedimentos padronizados (Blanchet, 2023), certificação acompanhada de supervisão (Merawati; Anggoro; Setiono, 2025) e integração transversal entre técnica, ética e direitos humanos (Silva, 2020; Naveda Bautista, 2026). Em conjunto, essas abordagens sugerem que ensinar, praticar e avaliar as competências em situações próximas ao trabalho pode favorecer a coerência formativa.

4.6. Facilitadores e Barreiras Organizacionais

Os facilitadores mais frequentemente mencionados no corpus foram alinhamento entre currículo e atividade profissional,

metodologias ativas, padrões operacionais claros, oferta contínua de capacitação, certificação acompanhada de supervisão, coordenação interagência e disponibilidade de recursos forenses e tecnológicos. Tais fatores aparecem associados à profissionalização e à qualidade do trabalho em diferentes contextos (Sanguenza, 2025; Merawati; Anggoro; Setiono, 2025; Blanchet, 2023; Carlos, 2026).

As barreiras relatadas incluem fragmentação do treinamento e baixa orientação para mudanças futuras (Dux, 2022), falta de uniformidade na formação inicial (Blanchet, 2023), lacunas de capacitação inicial e continuada (Alvim, 2025), insuficiência formativa e dependência de cooperação externa (Barbosa, 2022), além de limitações de infraestrutura, recursos forenses e coordenação institucional (Sanguenza, 2025; Carlos, 2026). Esses achados indicam que o desempenho investigativo não depende apenas de atributos individuais, mas também das condições organizacionais que permitem mobilizá-los.

4.7. Discussão Integradora

As competências mais frequentemente identificadas no corpus foram técnicas, analíticas, tecnológicas, comunicacionais e interpessoais, comportamentais e éticas, e gerenciais e organizacionais. A separação em seis dimensões é analítica: nos estudos, elas se articulam na prática e são condicionadas pelo contexto institucional. Como a síntese reúne apenas 20 trabalhos com grande heterogeneidade geográfica e metodológica, essas dimensões devem ser interpretadas como recorrências do portfólio, e não como requisitos universais aplicáveis, sem adaptação, a toda organização policial.

A comparação entre contribuições nacionais e internacionais sugere pontos de diálogo, mas também limites de transferência. Certificação, recrutamento especializado, avaliação por cenários e treinamento baseado em competências oferecem referências úteis; os estudos brasileiros, por sua vez, ressaltam desafios de continuidade, padronização curricular, metodologias aplicadas, tecnologia e direitos humanos. Assim, a gestão por competências pode funcionar como eixo de integração entre formação, supervisão e avaliação, desde que as soluções sejam testadas e ajustadas às condições institucionais das polícias civis.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta revisão sistemática buscou responder quais competências profissionais são necessárias à atuação de policiais civis, investigadores criminais e profissionais equivalentes em atividades investigativas, e como a formação e o desenvolvimento dessas competências têm sido abordados pela literatura entre 2010 e 2026. A resposta construída a partir dos 20 estudos analisados indica que a competência investigativa não se restringe ao domínio de procedimentos legais ou técnicas de apuração. Ela é formada pela articulação entre conhecimentos, habilidades e atitudes mobilizados em situações concretas de investigação criminal.

Os achados permitiram organizar as competências em seis dimensões: técnicas, analíticas, tecnológicas, comunicacionais e interpessoais, comportamentais e gerenciais. Essas dimensões aparecem separadas apenas para fins analíticos, pois na prática se sobrepõem. Uma entrevista bem conduzida exige técnica, comunicação, ética, raciocínio e registro adequado. O processamento de uma cena de crime exige procedimento,

percepção, tomada de decisão, documentação e respeito à cadeia de custódia. A gestão de uma investigação complexa exige liderança, análise, tecnologia e coordenação interinstitucional.

As principais lacunas identificadas dizem respeito à avaliação empírica da eficácia dos programas de treinamento, à ausência de instrumentos consolidados para mensurar competências investigativas, à pouca integração entre formação e desempenho, à necessidade de atualização tecnológica e à adaptação cuidadosa de modelos internacionais ao contexto brasileiro. Também se observa carência de estudos que relacionem competências individuais a resultados institucionais, como qualidade dos inquéritos, redução de erros investigativos, proteção de vítimas e preservação da prova.

Como contribuição, o estudo oferece uma síntese organizada das competências investigativas e aproxima o debate de gestão de pessoas das necessidades concretas das polícias civis. A abordagem por competências pode auxiliar academias de polícia, gestores e formuladores de políticas a desenvolver currículos mais aderentes à prática profissional, programas de capacitação continuada, trilhas formativas por especialidade e avaliações de desempenho mais próximas das situações reais de trabalho.

Entre as limitações, destacam-se a heterogeneidade do corpus, que combinou diferentes tipos de produção e delineamentos; a ausência de instrumentos formais específicos de avaliação da qualidade para cada desenho; a restrição a três fontes de busca; e as limitações de replicabilidade do Google Acadêmico. O pequeno portfólio e os metadados incompletos também impediram uma rede robusta de citação. Essas condições recomendam cautela na generalização,

embora a documentação das etapas, os critérios previamente definidos e o fluxograma assegurem transparência e rastreabilidade.

Como agenda futura, recomenda-se desenvolver estudos empíricos sobre competências de policiais civis brasileiros em diferentes áreas investigativas, como homicídios, crimes cibernéticos, violência doméstica, crimes patrimoniais complexos, crimes financeiros e organizações criminosas. Também são necessários estudos longitudinais sobre formação e desempenho, pesquisas sobre certificação profissional, avaliação por cenários, uso de tecnologias educacionais e impacto das competências individuais sobre a qualidade das investigações. Avançar nessa agenda pode contribuir para formar investigadores mais preparados, instituições mais responsivas e investigações mais qualificadas, legítimas e socialmente responsáveis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AKCA, Davut; LARNER, Samuel; EASTWOOD, Joseph; KEBBELL, Mark; MILNE, Rebecca. Assessing the efficacy of investigative interviewing training courses: a systematic review. *International Journal of Police Science & Management*, 2021.

ALVIM, Flávio Messina. *Capacitação profissional de policiais civis: treinamento, percursos e desafios para o trabalho com adolescentes em conflito com a lei na PCDF*. 2025. 187 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública) – Universidade de Brasília, Brasília, 2025. <https://repositorio.unb.br/handle/10482/52152>

AMARAL, Marcelino de Andrade. *Aprendizagem baseada em problemas na formação policial: o caso da Escola Superior de Polícia Civil do Distrito Federal*. 2019. 126 f. Dissertação (Mestrado em

Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2019.
<https://repositorio.unb.br/handle/10482/37864>

BARBOSA, Nilton Fábio Tavares dos Reis. *A exigência de formação no âmbito da investigação criminal: capacitações e profissionalização na Polícia Nacional de Cabo Verde*. 2022.

BAUTISTA, B. J. C. N. Profesionalización del investigador criminal: rol clave de la formación en la policía nacional del Perú. *Horizontes*, 2026. DOI: 10.33996/revistahorizontes.v10i41.1213.

BAYLEY, David H. *Padrões de policiamento: uma análise internacional comparativa*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

BITTNER, Egon. *Aspectos do trabalho policial*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

BLANCHET, Luiz Renato. *Uniformização da formação de novos policiais: estudo para a Polícia Civil do Paraná*. 2023. 103 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Planejamento e Governança Pública) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2023.
<https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/31202>

BRANDÃO, Hugo Pena; GUIMARÃES, Tomás de Aquino. Gestão de competências e gestão de desempenho: tecnologias distintas ou instrumentos de um mesmo construto? *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 41, n. 1, p. 8-15, 2001.

BRASIL. Secretaria Nacional de Segurança Pública. *Matriz Curricular Nacional para ações formativas dos profissionais da área de segurança pública*. Brasília: SENASP, 2014.

BRITTO, H.; CALDAS JÚNIOR, A. F. Cognição na cena de crime: reconhecendo vestígios de potencial interesse para investigações policiais. *Revista Brasileira de Criminalística*, v. 13, n. 1, p. 103-111, 2024. DOI: 10.15260/rbc.v13i1.777.

CARLOS, Carlos Victor V. Assessing the competencies of the Philippine Coast Guard's Investigation and Detection Management Service: reference to a specialized training curriculum. *JPAIR Multidisciplinary Research*, v. 63, p. 98-121, jan. 2026.

CLARKE, Colin; MILNE, Rebecca. *National evaluation of the PEACE investigative interviewing course*. London: Home Office, 2001.

Dissertação (Mestrado Integrado em Ciências Policiais) – Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa, 2022.

DUX, Troy A. *Investigation within the Australian Federal Public Service: competencies and training for a future-fit profession*. 2022. Thesis (Doctor of Professional Studies) – University of Southern Queensland, 2022.

EUGÊNIO, Janaina Covre. *Integração de tecnologias educacionais na formação continuada do policial civil*. 2020. 210 f. Dissertação (Mestrado em Tecnologias da Informação e Comunicação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Araranguá, 2020.

FLEURY, Maria Tereza Leme; FLEURY, Afonso. Construindo o conceito de competência. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 5, n. esp., p. 183-196, 2001.

JAMES, Joshua I.; JANG, Yunsik Jake. An Assessment Model for Cybercrime Investigation Capacity. *Digital Investigation / arXiv*

preprint, 2013.

KELTY, Sally F.; GORDON, R. D. Professionalism in crime scene examination: recruitment strategies, part 2: using a psychological profile of top crime scene examiners in selection decision-making. *Forensic Science Policy & Management: An International Journal*, 2012. DOI:10.1080/19409044.2013.858799

KELTY, Sally F.; JOSHUA, Phoebe R.; ROBERTSON, James. Building on the critical skills framework of top crime scene examiners to recruit high-caliber crime scene investigation candidates. *WIREs Forensic Science*, v. 6, e1519, 2024. DOI: 10.1002/wfs2.1519.

KELTY, Sally F.; RIBAUX, Olivier; ROBERTSON, James. Identifying the critical skillset of top crime scene examiners: why this matters, and why agencies should develop top performers. *WIREs Forensic Science*, v. 5, n. 5, e1494, 2023. DOI: 10.1002/wfs2.1494.

KELTY, Sally F.; ROBERTSON, James; JULIAN, Roberta. Beyond technical training to professionalism in crime scene examination: enhancing cognitive, leadership and social abilities in career development programs. *Forensic Science Policy & Management: An International Journal*, v. 8, n. 3-4, p. 65-78, 2017. DOI: 10.1080/19409044.2017.1370039.

KLEYGREWE, Lisanne; OUDEJANS, Raoul R. D.; KOEDIJK, Matthijs; HUTTER, R. I. Vana. Police Training in Practice: Organization and Delivery According to European Law Enforcement Agencies. *Frontiers in Psychology*, v. 12, 2022.

LARINI, Belchior Paim. *A formação profissional de policiais de polícia judiciária: estudo dos currículos da Academia da Polícia Civil do Rio*

Grande do Sul. 2020. 127 f. Dissertação (Mestrado em Segurança Cidadã) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

LE BOTERF, Guy. *Desenvolvendo a competência dos profissionais*. Porto Alegre: Artmed, 2003.

LINO, Denis; BERNARDES, Mônica; CECCONELLO, William Weber; SANTOS, Natália Sierota dos. O rapport como técnica para obtenção de informações em entrevistas investigativas. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 184-201, ago./set. 2023.

MANNING, Peter K. *Democratic policing in a changing world*. Boulder: Paradigm Publishers, 2010.

MERAWATI, Andriyani; ANGGORO, Purwadi Wahyu; SETIONO, Joko. Effectiveness of investigator and assistant investigator certification at the Special Criminal Investigation Directorate of Bengkulu Regional Police as a mandatory instrument to improve investigation quality. *Journal of Greenation Social and Political*, v. 3, n. 3, p. 443-451, 2025. DOI: 10.38035/jgsp.v3i3.

MILNE, Rebecca; BULL, Ray. *Investigative interviewing: psychology and practice*. Chichester: Wiley, 1999.

MOUSSEAU, Vincent. La sélection et l'évaluation des techniciens en scène de crime: compétences attendues des techniciens en identité judiciaire par les dirigeants policiers du Québec. *Criminologie*, v. 52, n. 2, p. 193-217, 2019. DOI: 10.7202/1065861ar.

PAGE, Matthew J. et al. The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews. *BMJ*, v. 372, n. 71, 2021.

DOI: 10.1136/bmj.n71.

PIRES, Alexandre Kalil et al. *Gestão por competências em organizações de governo*. Brasília: ENAP, 2005.

SANGUEZA, Elvira P. Examining the roles of police investigators in criminal investigation of missing persons, human remains identification, and crime documentation: basis for policy recommendation. *Universal Library of Arts and Humanities*, v. 2, n. 3, p. 47-66, 2025. DOI: 10.70315/uloap.ulahu.2025.0203008.

SANTOS, E. S. *Homicídios dolosos no Distrito Federal: fatores que influenciam a eficácia investigativa da Polícia Civil (2019–2022)*. Brasília: Academia de Polícia Civil do Distrito Federal, 2023. Monografia (Curso de Especialização em Gestão Estratégica em Segurança Pública).

SILVA, Márcio Roberto Cavalcanti da. *Formação policial e direitos humanos: os cursos de formação da Polícia Civil de Pernambuco e a ética da alteridade*. 2020. 127 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020. <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/40588>

SKOLNICK, Jerome H. *Justice without trial: law enforcement in democratic society*. 4. ed. New Orleans: Quid Pro Books, 2011.

SNOOK, Brent; EASTWOOD, Joseph; BARRON, W. Tyler. Reforming investigative interviewing in Canada. *Canadian Journal of Criminology and Criminal Justice*, v. 52, n. 2, p. 215-229, 2010.

SOUSA, Wesley Santos. *Confiança, desempenho e conformidade de memória: impactos no sistema jurídico-criminal brasileiro*. 2024. 156

f. Tese (Doutorado em Neurociências) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2024.

TONG, Stephen; BRYANT, Robin P.; HORVATH, Miranda A. H. *Understanding criminal investigation*. Chichester: Wiley-Blackwell, 2009.

TORRES, Tayana Cibeles Canafístula. *Avaliação da política pública de formação policial da AESP/CE no período 2011-2023*. 2024. 119 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2024. <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/79957>

WESTERA, Nina J.; KEBBELL, Mark R.; MILNE, Becky; GREEN, Tony. Towards a more effective detective. *Policing and Society*, v. 26, n. 1, p. 1-17, 2016.

ZARIFIAN, Philippe. *Objetivo competência: por uma nova lógica*. São Paulo: Atlas, 2001.

APÊNDICE A – CHECKLIST PRISMA 2020

Item	Tópico	Situação	Localização no trabalho
1	Título	Atendido	Título identifica a revisão sistemática
2	Resumo	Parcial	Resumo e Abstract
3	Justificativa	Atendido	Seções 1.1 e 1.2
4	Objetivos	Atendido	Seção 1.3
5	Elegibilidade	Atendido	Seção 3.2 e 3.3; Quadro 2

6	Fontes	Atendido	Seção 3.1
7	Estratégias de busca	Atendido	Quadro 1.
8	Processo de seleção	Parcial	Seção 3.3; seleção realizada por um pesquisador e revisada pelos demais autores
9	Coleta de dados	Parcial	Seção 3.4; extração realizada por um pesquisador e revisada pelos demais autores
10	Itens de dados	Atendido	Seção 3.4
11	Risco de viés	Parcial	Seção 3.5
12	Medidas de efeito	Não aplicável	Síntese qualitativa, sem metanálise
13	Métodos de síntese	Atendido	Seção 3.4
14	Viés de relato	Não realizado	Reconhecido nas limitações
15	Certeza da evidência	Não realizado	Reconhecida nas limitações
16	Seleção dos estudos	Atendido	Seção 4.1, Figura 1 e Quadro 3
17	Características	Atendido	Seções 4.2 e 4.3; Tabelas 1–4; Quadro 4
18	Risco de viés nos estudos	Parcial	Seção 3.5 e limitações
19	Resultados individuais	Atendido	Quadro 4 e Seção 4.4

20	Resultados das sínteses	Atendido	Seções 4.4 a 4.7
21	Vieses de relato	Não realizado	Considerações finais
22	Certeza da evidência	Não realizado	Considerações finais
23	Discussão	Atendido	Seções 4.5 a 4.7 e Considerações finais
24	Registro e protocolo	Atendido	Seção 3.6
25	Apoio	Atendido	Seção 3.6 e Resumo
26	Conflitos de interesse	Atendido	Seção 3.6
27	Disponibilidade de materiais	Atendido	Seção 3.6

Fonte: elaborado pelos autores com base em Page et al. (2021). Itens não aplicáveis ou não realizados foram declarados para assegurar transparência do relato.

Artigo elaborado como requisito da disciplina Gestão de Pessoas no Setor Público, ministrada pela Profa. Dra. Maria Júlia Pantoja.

¹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública, da Universidade de Brasília (PPGP/FUP/UnB).

² Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública, da Universidade de Brasília (PPGP/FUP/UnB).

³ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública, da Universidade de Brasília (PPGP/FUP/UnB).